

# **A INDÚSTRIA DO DANO MORAL NA RELAÇÃO DE TRABALHO**

Nívea Maria Santos Souto Maior<sup>1</sup>

## **1 INTRODUÇÃO**

No mundo hodierno, é crescente a filosofia de que o dano moral é coisa a ser comercialmente reduzida em dinheiro. É justamente a partir da premissa acima, que vamos fazer um passeio sobre a trajetória do dano moral, e como chegamos hoje a terrível constatação de que seu instituto foi desvirtuado, sendo assim merecedor do estudo em questão, propondo enfim uma saída para a celeuma que ainda carece de especial atenção.

Para chegar a uma solução, precisamos relembrar as noções básicas do dano moral, e como o dano moral pode ocorrer em uma relação de trabalho, haja vista que o

---

<sup>1</sup> Especialista em Direito do Trabalho pela Universidade Cândido Mendes/RJ e Advogada Trabalhista.

trabalhador nunca poderá se despir de seus valores humanos, e que a proteção à dignidade também se insere como conteúdo inafastável do contrato de trabalho.

Hodiernamente os pedidos de indenização por dano moral abarrotam o Poder Judiciário, sendo que, infelizmente, em sua maioria é fruto de pura litigância de má-fé, o que traduziria enfim numa completa deturpação do sistema, e justamente neste ponto é que a presente tese se propõe a refletir as soluções que inibam este 'negócio lucrativo' para partes e advogados.

E diante desta atual tendência em se ingressar de forma tão temerária, pleiteando por danos morais que sequer existiram, é imperiosa a abolição da presunção deste dano (*in re ipsa*), e sim que seja dado ao autor à incumbência de provar o seu sofrimento – ainda que de forma indireta.

Vivendo sob o mundo capitalista de hoje, verificamos cada vez mais o intuito das pessoas em tirar vantagem de situações indevidamente. A segurança e harmonia social estão por um fio.

A relação de trabalho é fonte inesgotável de conflitos, atritos e rugas, assim esta não deixará de ser campo fértil para a incidência do dano moral.

Contudo, a resposta justa para associar a reparação pecuniária para satisfazer a perda extrapatrimonial não resolve a questão, já que inicia uma outra pergunta: Qual deve ser a justa quantia paga pelo ofensor para que o ofendido não seja estimulado a explorar esse rendoso negócio?

## **2 NOÇÕES BÁSICAS DO DANO MORAL**

O Dano Moral, apesar de ter sido consagrado no artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal (1988), como também em sede doutrinária e jurisprudencial, ainda é matéria bastante polêmica, principalmente no que concerne à sua quantificação e comprovação de sua real ocorrência – haja vista o teor subjetivo da questão – que, frente à inexistência de “métodos exatos” para defini-lo, inexistente, igualmente, a possibilidade de reunir uma certeza material, deixando, assim, ao arbítrio do magistrado.

O Código Civil de 2002 contempla expressamente o dano moral quando prevê no seu artigo 186, *in verbis*: “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que

exclusivamente moral, comete ato ilícito”. (BRASIL, 2002, p. 34).

Resume-se, portanto, que o dano moral é aquele que incide sobre bens de ordem não-material, lesionando pessoas, físicas ou jurídicas, em certos aspectos de sua personalidade; os doutrinadores costumam elencar como bens dessa natureza a liberdade, a honra, a reputação, a integridade psíquica, a segurança, a intimidade, a imagem, o nome.

Entrementes, é de bom alvitre mencionar que o conceito de dano moral sempre estará numa constante evolução, em virtude do desenvolver da consciência social que ampliará ainda mais as situações que hoje ainda não consideradas como dano moral.

Superada a conceituação do dano moral, surge a questão de repará-la. É claro que não se paga a dor, tampouco se indeniza sentimentos, porém, o sofredor do dano precisa de meios para se recuperar, assemelhando-se a uma espécie de sucedâneo no qual a quantia obtida serve fugir do estado melancólico que o ofendido passou.

## 2.1 QUANTIFICAÇÃO

Aspecto nevrálgico é justamente no tocante à quantificação do dano moral, principalmente, quais seriam os justos parâmetros a serem considerados para a fixação do *quantum*.

De fato a polêmica *in loco* resume-se em dois sistemas preponderantes adiante delineados. O primeiro denomina-se de sistema tarifário, no qual haveria uma predeterminação do valor da indenização.

Notícia curiosa e reflexo deste sistema é o projeto de lei nº 150/1999, que dispõe sobre os danos morais, cabendo destacar os seguintes dizeres:

### Artigo 7º

(...) §1º Se julgar procedente o pedido, **o juiz fixará a indenização a ser paga, a cada um dos ofendidos, em um dos seguintes níveis:**

I - ofensa de natureza leve: até vinte mil reais;

II – ofensa de natureza média: de vinte mil reais a noventa mil reais;

III – ofensa de natureza grave: de noventa mil reais a cento e oitenta mil reais. (...)

(GRIFO NOSSO)

Neste sistema o valor do dano moral já vem tabelado, o Juiz apenas o aplica a cada caso concreto, observando o limite do valor estabelecido para cada situação.

O segundo sistema chama-se de aberto, no qual é adotado de forma majoritária nos tribunais pátrios, onde vigora o livre convencimento do julgador e ele fixará uma compensação por arbitramento, subordinando-se, em regra, a alguns parâmetros, tais como: a imagem do lesado e a do que lesou, a intenção do autor do dano, e a situação patrimonial de quem vai pagar a indenização (*vide* teoria punitive damage).

O sistema aberto ganhou prestígio nos Projetos de Lei nº 1443/2003 e 1914/2003, cujos textos propõem que o arbitramento por danos morais siga certos parâmetros, como por exemplo, os rendimentos mensais do ofendido e a intensidade do ânimo de ofender.

Portanto, a reparação moral deve objetivar tão somente que a vítima tenha meios de aliviar sua mágoa e sentimentos agravados, servindo, em contrapartida, de punição ao agente do dano.

Na seara trabalhista, os critérios de razoabilidade podem levar em consideração alguns elementos, tais como: a reincidência da empresa patronal; a posição profissional e social do ofendido; tarifamento da indenização com base no salário contratual do obreiro.

### **3 O DANO MORAL NO DIREITO DO TRABALHO**

O Direito do Trabalho tem a sua natureza social por excelência, nasceu com a sina de minimizar as injustiças perpetradas pela força do capital sobre a pessoa do trabalhador. Em uma relação de trabalho, o mínimo que se pode esperar é o respeito mútuo entre os funcionários, sejam eles de cargo superior ou inferior, prestadores de serviços e até mesmo com os clientes. As atribuições diárias de cada pessoa dentro e fora da empresa, na vida social, familiar, nos levam a fazer um exercício diário de paciência e perseverança para tentarmos conviver bem em sociedade, como animais racionais.

O dano moral, também é definido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), como sendo uma conduta abusiva de natureza psicológica que atenta contra a dignidade psíquica do trabalhador, é uma prática condenada pelo setor produtivo.

A diferença entre o dano moral nas relações regidas pelo direito civil para as de direito do trabalho, foi sabiamente dita pelo Jurista Enoque Ribeiro, *in verbis*:

O dano moral trabalhista tem como característica uma situação que o distingue absolutamente do dano moral civil, e que **inclusive o agrava**, vez que uma das partes, o empregado, **encontra-se em estado de subordinação**"<sup>2</sup>. (GRIFO NOSSO)

Portanto, na relação de trabalho em virtude da opressão do capital sobre o trabalho, esta subordinação limita a autonomia da vontade de uma das partes, potencializando-se com certeza a ocorrência de danos.

### 3.1 HIPÓTESES MAIS FREQUENTES

O dano moral deve ser algo que fuja dos dissabores do dia a dia. Aplicando tal premissa ao caso específico, vê-se que haverá dano moral na relação de trabalho, toda vez que houver um gravame que interfira intensamente o

---

<sup>2</sup> SANTOS, Enoque Ribeiro dos. **O Dano Moral na Dispensa do Empregado**. 3 ed. São Paulo: LTr, 2002. p.239.



comportamento psicológico (leia-se personalidade) do trabalhador.

Uma das espécies de dano moral trabalhista que está hoje mais em evidência é o Assédio Moral, que se caracteriza pela tortura psicológica, destinada a golpear a auto-estima do empregado, visando a forçar sua demissão ou apressar a sua dispensa através de métodos que minam a saúde física e mental da vítima, cujo efeito é o direito à indenização por dano moral.

*Mobbing*, Assédio Moral ou terror psicológico no trabalho são sinônimos que foram empregados pela primeira vez pelo etilogista Heinz Lorenz<sup>3</sup>, ao definir o comportamento de certos animais que, circundando ameaçadoramente outro membro do grupo, provocam sua fuga por medo de um ataque.

Existem vários comportamentos que possam configurar o assédio moral, cabendo destacar alguns deles: 1) técnicas de relacionamento: o assediador impede que a vítima se expresse, ele não dirige o olhar nem a palavra; 2) técnicas de isolamento: é atribuída a vítima tarefas que evita o contato

---

<sup>3</sup> *Apud* TADEU, Silney Alves. O assédio na relação laboral: dificuldade da prova. **Gazeta Juris**. Rio de Janeiro: Portal Jurídico. N. 5, mar. 2006. p.48/49.

com outros colegas de trabalho; 3) técnicas de ataque: são atos que desqualificam a vítima diante dos outros.

Outrossim, há também o acidente do trabalho, que por definição legal, é:

aquele que ocorre pelo exercício do trabalho, a serviço da empresa, provocando lesão corporal, perturbação funcional ou doença que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. (BRASIL, 1991, p. 488).

a teor do artigo 118 da lei nº 8.213/91.

A partir da idéia inicial de que a saúde está relacionada ao equilíbrio do homem com o ambiente e também está vinculada à sua integridade psicofísica, chega-se a conclusão de que é admissível dano moral em razão de acidente de trabalho, principalmente quando o período de convalescença é prolongado e que a lesão laboral resultou em seqüelas de natureza permanente.

No tocante ao dano moral coletivo, constata-se que a reparabilidade do dano moral não é exclusiva às pessoas físicas, mas sim é possível que a lesão ocorra de forma abrangente alcançando os interesses difusos e coletivos.

Neste sentido, a jurista Alice Monteiro de Barros declara que:

A diferença entre o dano individual e o dano coletivo é que, no primeiro, a lesão atinge um direito subjetivo ou interesse individual de alguém, enquanto que no dano coletivo o prejuízo é mais disperso ou difuso, porém perceptível, pois as pessoas lesadas integram uma determinada coletividade <sup>4</sup>.

O dano moral coletivo é passível de reparação através da ação civil pública, que terá o Ministério Público como principal legitimado ativo (dentre outros) (artigo 129, III, da CF/88); merecendo também destaque os sindicatos e associações profissionais como co-legitimados (art.5º, lei nº 7.347/85).

No âmbito da Justiça do Trabalho, há várias hipóteses que ensejam a reparação por danos morais coletivos oriundos de lesão a interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, dentre os quais se destaca: a prática ilegal de revista íntima nos empregados e tratamentos discriminatórios diversos (exemplo: portador do vírus HIV, opção sexual, raça, listas negras etc).

No tocante a indenização fixada pela reparação do dano moral coletivo, mais especificamente na seara trabalhista, o valor será revertido ao FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador (lei federal nº 7.998/90), que tem por finalidade

---

<sup>4</sup> BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. 2ªed. São Paulo: LTr, 2006. p.627.

custear o seguro desemprego, abono salarial e outros programas. Contudo, se a lesão for de origem individual homogêneo, a condenação pecuniária será direcionada a cada um dos indivíduos vítimas do dano.

#### 4 INDÚSTRIA DO DANO MORAL

Já faz parte, infelizmente, do cotidiano forense trabalhista, o ingresso exacerbado de reclamações com alegações totalmente falsas de dano moral. Observa-se que os petítórios incrementam fatos inverídicos para causar maior perplexidade aos seus leitores (em especial ao Magistrado), tendo como objetivo o de acrescentar certa dose de sofrimento espiritual no empregado a qualquer ato ilícito cometido pelo empregador; que em tese pode causar, além dos danos materiais, o *plus* a título de indenização por danos morais.

Esta acumulação de danos materiais com danos morais apesar de, abstratamente, ser admitida, por ser reiterada vezes ocorrida passaram a ser chamadas de: “batatas fritas, que vêm como acompanhamento de ações na justiça<sup>5</sup>”. Ao se

---

<sup>5</sup> GONÇALVES JÚNIOR, Mário. Falta Grave em Juízo. **Revista Juristas**. n.92, set. 2006.

comparar os danos morais às batatas fritas, há na realidade uma parábola de que os danos morais são pleiteados muito mais por gula do que propriamente por fome, leia-se, assim, que o fast food banalizou a alimentação tanto quanto a democracia banalizou o direito de ação.

A “indústria do dano moral” ganhou mais impulso ao tempo da recente Reforma do Judiciário, que dentre outras mudanças, houve a transferência da Justiça Estadual para a Justiça do Trabalho, dos casos indenizatórios de dano moral decorrente da relação de trabalho. Todavia, apesar de ser sábia a modificação da competência supra, houve pessoas maquiavélicas de tentam tirar proveito da situação da não ocorrência de honorários de sucumbência para o reclamante em caso de perda do processo na seara trabalhista, e se sentem estimulados a ingressar com ações deste tipo - cobrando, ao bel-prazer, somas financeiras elevadas, acima do bom senso.

#### 4.1 LITIGÂNCIA TEMERÁRIA NA JUSTIÇA DO TRABALHO

As reclamações trabalhistas estão geralmente exagerando na dose de dramaticidade dos danos morais, e

principalmente quando absolutamente nada de ilícito se tem para reclamar, a empresa patronal em regra é chamada de tirana, perversa, irresponsável, maquiavélica, exploradora, opressora, etc.

Não é mais novidade para ninguém da existência de casos judiciais em que o trabalhador aduz ter sido vítima de "atrocidades" por parte dos seus superiores hierárquicos na empresa, quando na maioria das vezes os chefes destes trabalhadores são inocentes, e mesmo assim até crimes são a eles atribuídos.

O Egrégio Tribunal Superior do Trabalho orienta que os valores indenizatórios devem se limitar à exata reparação do dano causado ao ofendido, em conformidade com o artigo 953 do Código Civil de 2002 que diz *ipsis litteris*: “A indenização por injúria, difamação ou calúnia consistirá na reparação do dano que delas resulte ao ofendido”.

É de sabença geral que o direito de ação não tem caráter absoluto, sua relatividade impõe o preenchimento de certas condições estabelecidas pela própria lei. Assim sendo o exercício temerário da ação jamais poderá ser cercado de imunidade.

Sugere-se, que caso o reclamante da ação trabalhista não comprove as suas acusações, por aplicação dos artigos 818

da CLT e 333 do CPC<sup>6</sup>, ou pior se a instrução processual demonstrar o contrário – que as acusações são mentirosas, é claro que se deve decretar a litigância de má-fé e aplicar a multa correspondente a tamanho desdém com a Empresa Reclamada, e via indireta, o Poder Judiciário.

Desse modo, em razão da desobediência ao princípio da lealdade e boa-fé processual, o código de processo civil é taxativo em aplicar a litigância de má fé, para aquela parte que alterar a verdade dos fatos, devendo a mesma pagar multa de 1% (um por cento) sob o valor da causa.

Entretanto, o castigo ainda seria muito pouco, se houve tão-somente a aplicação da multa acima dita; e assim teremos também diante desta conduta desleal em Juízo, a provável aplicação de falta grave por parte do empregado – em virtude da justa causa ocorrida mesmo na fase pós-contratual – que é o artigo 482, alínea “k”, da CLT (ato lesivo da honra e boa fama praticadas contra o empregador).

---

<sup>6</sup> Consolidação das Leis do Trabalho - Decreto Lei nº 5.452/43

(...)

Artigo 818. A prova das alegações incumbe à parte que as fizer.

(...)

Código de Processo Civil - Lei nº 5.896/73

(...)

Artigo 333. O ônus da prova incumbe:

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito;

II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

A não sujeição desta falta grave, implicaria em um catalisador de danos morais, até porque é preciso medidas enérgicas para evitar que o trabalhador achincalhe injustamente o patrão em petições e audiências perante a Justiça do Trabalho.

## **5 ANTÍDOTO DA BANALIZAÇÃO:** a prova do sofrimento

Na Justiça do Trabalho, os pleitos indenizatórios por dano moral já se tornaram rotina, contudo, é necessário frear esta avalanche de ações, sendo que uma das possíveis soluções para esta celeuma é o de estabelecer ao autor o dever da efetiva comprovação de tais danos.

A celeuma do ônus da prova, quanto ao dano moral, cinge em duas correntes: uma primeira propugnando que o dano moral é presumível (*in re ipsa*), haja vista a suposta premissa que o psiquismo é impenetrável, levando ainda em consideração o homem médio e/ou o potencial de agressividade da lesão; e uma segunda no qual preconiza a produção de provas, diretas ou indiretas, do sofrimento



experimentado pela vítima, bem como o nexo de causalidade com o ato ilícito – no qual aderimos a esta última.

Importante destacar que para quem milita pela indispensabilidade da prova da angústia, sustenta que, como todo fato, é possível provar os efeitos do ato ilícito (e seu nexo), para tanto se deve levar em conta não apenas os sintomas característicos da aflição humana, mas também a personalidade da própria vítima. Isto porque uma mesma lesão pode gerar sofrimento ou não, dependendo da vítima, assim como diferentes graus de intensidade de sofrimento, o que serviria de parâmetro para o arbitramento de justa indenização.

Assim, prestando-se a um trocadilho, é imoral ver atores excepcionais e meliantes extremamente hábeis retirando proveitos financeiros, quiçá milionários, de uma dor que nunca existiu!!

Para melhor esclarecer, imagine, por exemplo, um acidente do trabalho com resultado morte; é muito provável que a família do *de cujus* sinta um forte abalo emocional pela perda deste ente querido, contudo este dano é injusto ser considerá-lo presumível, sem ao menos haver uma averiguação das verdadeiras relações afetivas que existiam entre a vítima e seus parentes.

Embora deixássemos de lado, pelo menos por alguns instantes, o fato da indubitável tendência à "industrialização"

judicial dos danos morais, é fácil concluir que a amargura, o sofrimento do espírito humano, assim como qualquer fato da vida, pode ser provada. Senão direta, ao menos, e com absoluta certeza, indiretamente.

Uma pessoa triste, humilhada, com baixa auto-estima, salta aos olhos de qualquer um.

*Destarte*, é indubitável que a dor não pode ser mais dita como presumível, ao contrário, a dor varia de pessoa para pessoa, de forma que uns são mais fortes outros mais suscetíveis.

Ou seja: enquanto para alguns a dor é mero aborrecimento (fato corriqueiro da vida), para outros a dor é um sobressalto do cotidiano, portanto, o sofrimento se for realmente sentido pela vítima, este deve ser comprovado pelo menos de forma indireta.

Por outro lado, a prova do sofrimento não tem a intenção de fazer das audiências, um verdadeiro palco de lamentações, não obstante que isto possa humanamente acontecer, precipuamente com aquelas vítimas que de fato sofrem, toda vez que se "*toca na ferida*".

## 5.1 BUSCA PELA VERDADE MATERIAL

A instrução processual, nos casos indenizatórios por dano moral, deve percorrer uma espécie de anamnese: fazer o entrelaçamento do nexo causal entre dor e ato ilícito, agregando àqueles a personalidade da vítima e a imediatividade entre o ato ilícito e sofrimento, bem como apurar se ocorreu concausas estranhas e independentes ao ato ilícito tratado no processo.

Uma ferramenta preciosa que os Magistrados podem se valer, é dos especialistas em psicologia e psiquiatria, que a depender da espécie de sofrimento da vítima – esta pode ser comprovada através de perícia médica, como ocorre nos casos de depressão, síndrome do pânico, e outros diagnósticos.

Outro aspecto probatório, também útil e mais especificamente nas relações laborais, são os afastamentos constantes do trabalhador para concessão de auxílio-doença pelo INSS, quando a moléstia tem cunho psíquico.

Não se recomenda, nestas hipóteses, o manejo de provas testemunhais, pois, nem sempre a verdade processual é fidedigna, e até porque nem todo falso testemunho é desmascarado, podendo gerar sentenças injustas – razão justificadora de seu famoso apelido: *"a prostituta das provas"*.

Desta forma, insta dizer que há solução para a problemática em tela, devendo haver uma somatização de provas, ou pelo menos de fortes indícios que levam a acreditar nesta dor espiritual *sub judice*.

Resta claro, que nunca se terá uma certeza absoluta da real ocorrência do dano moral – assertiva esta que não é exclusiva só ao dano moral, como em qualquer outra espécie de dano, é praticamente impossível que a verdade material se assemelhe fielmente a formal, apesar disso, a exigência do cumprimento do ônus probatório poderá certamente servir de inibidor à indústria das indenizações por danos morais. Por que, então, presumir, a partir do nada, o que pode perfeitamente ser provado, ao menos indiretamente?

## 6 CONCLUSÃO

Enquanto houver o desvirtuamento do dano moral haverá indubitavelmente prejuízo para a ciência jurídica, que apesar de não ser exata - deve seguir o bom senso, como também a descrença para com o Poder Judiciário.

Os atos reincidentes de litigância de má-fé nas ações indenizatórias por dano moral se não forem combatidas

efetivamente causará grande *frison* na sociedade, e ainda teremos a figura do suposto infrator que se sentirá injustiçado em pagar por algo que nada fez, ou se efetivamente fez está pagando desproporcionalmente pelo seu erro.

Afinal, quanto vale o desgaste emocional de um trabalhador? A solução certamente não é o caminho do tarifamento, tampouco deixar tamanha tarefa ao prudente arbítrio do magistrado.

A indenização por danos morais deve seguir por critérios objetivos, pois, ainda que os direitos da personalidade seja a tutela de bens não corporificados, deve haver no mínimo em caso de dano, indícios perceptíveis na psique da pessoa.

Se o “*trabalho dignifica o homem*”, este mesmo trabalho não pode servir como fonte de injustiças.

## REFERÊNCIA

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de direito do trabalho**. 2.ed. São Paulo: LTr, 2006.

BRASIL. Lei n. 5.452, de 01 de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em:

R. Trib. Reg. do Trabalho 13ª Região. João Pessoa. v. 15, n. 1, p. 136-158, 2007.

<<http://www.pantojo.com.br/arquivo/capa.asp?IDMateria=11686Mn=239>>. Acesso em: 22 nov.2007.

BRASIL. Lei n. 5.896, de 05 de julho de 1973. **Lex:** coletânea de legislação e jurisprudência. São Paulo, v. 37, p. 750, jul./ago. 1973.

BRASIL. Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991. **Lex:** coletânea de legislação e jurisprudência. São Paulo, v. 55, p. 461-93, jul./set. 1991.

BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Lex:** coletânea de legislação e jurisprudência. São Paulo, v. 66, p. 5-234, jan. 2002.

CAIRO JÚNIOR, José. **O acidente do trabalho e a responsabilidade civil do empregador**. 3.ed. São Paulo: LTr, 2006.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 5.ed. São Paulo: LTr, 2006.

FRANCA, Rubens Limongi. **Enciclopédia saraiva do direito**. São Paulo: Saraiva, 1977.

GONÇALVES JÚNIOR, Mário. Falta grave em juízo. **Revista Juristas**. n. 92, set., 2006.

SAAD, Eduardo Gabriel. **Consolidação das leis do trabalho comentada**. 39.ed. São Paulo: LTr, 2006.

SANTOS, Enoque Ribeiro dos. **O dano moral na dispensa do empregado**. 3 ed.. São Paulo: Ed. LTr, 2002

SARAIVA, Renato. **Curso de direito processual do trabalho**. 2.ed. São Paulo: Método, 2005.

TADEU, Silney Alves. O assédio na relação laboral: dificuldade da prova. **Gazeta Jurídica**. Rio de Janeiro, p. 48-9, mar. 2006.